

de Janeiro de 1919, e para cumprimento do disposto no artigo 2.º do mesmo decreto, faz-se público que, a contar de 1 de Abril próximo futuro, passam a vigorar as seguintes tabelas de cotas diárias e demais imposições onerosas a que são obrigados os doentes pensionistas admitidos a tratamento nos Hospitais Civis de Lisboa:

Nos quartos particulares do Hospital de S. José (para homens):

De 1.ª classe (especial), n.º 3	45\$00
De 1.ª classe (especial), n.º 9	40\$00
De 1.ª classe, n.ºs 1, 2, 4, 10, 11 e 12	30\$00
De 2.ª classe, n.ºs 5, 6, 7 e 8	20\$00
De 3.ª classe, n.ºs 13, 14 e 15	12\$00

Nos quartos particulares do Hospital de D. Estefânia (para mulheres):

De 1.ª classe, n.ºs 1, 2 e 3	30\$00
De 2.ª classe, n.ºs 4, 5 e 6	20\$00

Nos quartos particulares do Hospital do Rego (para ambos os sexos):

Uma só classe.	25\$00
------------------------	--------

Nas enfermarias gerais:

Secção médica.	5\$00
Secção cirúrgica.	7\$00

Cada doente que se destina a quarto particular, além do depósito de garantia da pensão respectiva, entregará mais a verba fixa de 150\$, que constituirá receita hospitalar se o doente sofrer qualquer operação cirúrgica ou será integralmente restituída no caso contrário.

O pernoitamento de pessoas de família no quarto do doente, que será permitido quando autorizado pelo clínico, obriga ao pagamento da taxa suplementar de 3\$ por noite e por pessoa, fazendo-se o depósito prévio da quantia correspondente a dez noites. Quando o clínico considere indispensável que o empregado de enfermagem acompanhe e vigie permanentemente algum doente dos quartos particulares, ou assim o requisite o próprio doente, terá este de pagar a taxa diária de 15\$ e fazer igualmente depósito prévio da quantia correspondente a um decândio.

A cargo dos doentes dos quartos particulares fica também o pagamento de oito dias de pensão, embora a permanência seja por prazo inferior, dos honorários provenientes da assistência médica, que só poderá ser dispensada por clínicos hospitalares, e bem assim das despesas

resultantes de quaisquer exigências extraordinárias não previstas nas tabelas e formulários gerais dos hospitais.

Continua em vigor o disposto no artigo 2.º do decreto n.º 3:251, de 24 de Julho de 1917, segundo o qual os pensionistas a cargo das câmaras municipais, exceptuada a de Lisboa, pagarão as seguintes cotas diárias:

Os residentes nos outros concelhos do distrito de Lisboa:

Secção médica.	4\$25
Secção cirúrgica.	5\$95

Os residentes nos concelhos dos demais distritos do país:

Secção médica.	4\$50
Secção cirúrgica.	6\$30

Os termos de responsabilidade destes doentes são substituídos pelas cartas de guia a que se refere o n.º 13.º do artigo 122.º do Código Administrativo.

Fica assim alterada a tabela de 17 de Abril de 1920.

Direcção Geral dos Hospitais Civis de Lisboa, 20 de Fevereiro de 1923.—O Director Geral, interino, Amor de Melo.

De harmonia com a autorização concedida a esta Direcção Geral pelo artigo 1.º do decreto n.º 5:093, de 3 de Janeiro de 1919, e para cumprimento do disposto no artigo 2.º do mesmo decreto, faz-se público que os alienados pensionistas que estejam em tratamento no Manicómio Bombarda ou que venham a ser admitidos, ficam obrigados, a contar de 1 de Abril próximo futuro, à seguinte tabela de cotas diárias:

1.ª classe.	12\$00
2.ª classe.	8\$00
3.ª classe.	4\$00
4.ª classe.	2\$00

A pensão diária de 1.ª classe poderá, nos termos do decreto de 8 de Novembro de 1892, ser superior à acima indicada, quando corresponda a uma melhor assistência e a maiores comodidades para o doente.

A remuneração da assistência médica acha-se incluída na pensão diária.

Os alienados pobres a cargo dos Ministérios da Guerra e da Justiça e dos Cultos, dos consulados estrangeiros e das câmaras municipais, exceptuada a do concelho de Lisboa, pagarão a cota diária de 2\$.

Fica assim alterada a tabela de 24 de Julho de 1917.

Direcção Geral dos Hospitais Civis de Lisboa, 20 de Fevereiro de 1923.—O Director Geral, interino, Amor de Melo.